

A GÊNESE URBANA E A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA MUNICIPAL NO BRASIL: TEMAS DISTINTOS QUE SE COMPLEMENTAM NUM ESTUDO SOBRE O ESTADO DE RORAIMA

Urban Genesis and the Municipal Political Emancipation in Brazil: distinct themes that complement in a study of the state of Roraima

La Génesis Urbana Y La Emancipación Política Municipal En Brasil: Temas Distintos Que Se Complemente En Un Estudio Sobre El Estado De Roraima

Paulo Rogério de Freitas Silva
UFAL
paulgeografia@gmail.com

Resumo

Destacamos inicialmente que o aspecto que estimula a elaboração desse texto se refere à origem dos lugares, isto é, a gênese de núcleos embrionários, que, dependendo do determinante que processe essa constituição e que intervenha em seu íntimo, possa ou não os tornar, povoados, vilas e até cidades, pois não são todos esses núcleos embrionários que instituem a essência urbana em seu interior. Esse é um tema caro para a geografia, pois se distingue da questão que reflete emancipação política municipal e que invariavelmente é acometido de equívoco teórico-metodológico, quando ao se remeterem aos lugares atestarem como se esses tenham surgido automaticamente, a partir de suas emancipações políticas, como sedes municipais, obtendo instantaneamente a condição de cidade, o que não é legítimo. Os lugares surgem com uma perspectiva de serem acometidos por uma letargia, ou por uma impulsão pela modernidade, isto é impulso do urbano como modo de vida e conseqüentemente de expansão do seu espaço. E os acometimentos apropriados, através da história, é que lhes possibilitarão a probabilidade de emancipação política municipal ou não. E é esse o enredo que incentiva pensar e entender um lugar, que surge e tem o seu próprio percurso estabelecido, tal como, Boa Vista, a capital de Roraima, localizada na última fronteira amazônica, que de fazenda, alcança a condição de freguesia, vila, cidade e de capital, seguindo a influência de determinantes espontâneos e induzidos. Buscamos, assim, narrar a sua gênese e sua dinâmica, culminando nas mutações que acometeram esse lugar, provenientes de influências espontâneas e induzidas, que controlaram sua formação e organização interna.

Palavras-chave: emancipação; espontâneo; gênese; induzido; lugares.

Abstract

The aspect that stimulates the production of this text refers to the origin of the places, that is, the genesis, which, depending on the determinant that processes this constitution and that intervenes, may or may not make them, villages, towns and cities. This is a theme dear to the geography, because it distinguishes the question that makes the judgment about municipal political emancipation and that is invariably, a theoretical and methodological mistake when you refer to places, certify as if these have arisen automatically from their political emancipation, which is not legitimate. The places come with a prospect of be stricken by a lethargy, or a push by modernity. And the affections are appropriate that will allow them the probability of municipal political emancipation or not. This is the plot that encourages analyze a place that arises and has its own established route, such as Boa Vista, the capital of Roraima, that from the farm, reaches the parish condition, village, town and capital, following the influence of spontaneous and induced determinants. We seek thus narrating its genesis and its dynamics, resulting in mutations that affected this place, from spontaneous and induced influences.

Keywords: emancipation; spontaneous; genesis; induced; places.

Resumen

Destacamos en primer lugar que el aspecto que estimula la producción de este texto se refiere al origen de los lugares, es decir, la génesis de los núcleos, los cuales, según el factor determinante que procesa esta constitución y de intervenir en su tiempo, puede o no poder hacer, pueblos e incluso ciudades, porque no son todos estos núcleos embrionarios que establecen el núcleo urbano interior. Se trata de una larga tradición en la geografía, que se distingue de las que reflejan la emancipación política local y que se ve afectado invariablemente por un error teórico y metodológico cuando se deriva para certificar lugares como estos han surgido de forma automática desde su emancipación política como cabeceras municipales, obteniendo al instante el estado de la ciudad, que no es legítimo. Los asentamientos vienen con una perspectiva de verse afectados por un letargo, o un empuje de la modernidad, que es el impulso para una vida urbana y, por consiguiente, ampliación de su espacio. Y los compromisos apropiados a lo largo de la historia, es que permiten la posibilidad de emancipación política municipal o no. Y esta es la trama que estimula el pensamiento y la comprensión de un lugar, que surge y tiene su propia ruta establecida, tales como Boa Vista, capital de Roraima, situado en la última frontera del Amazonas, esa granja, alcanza la condición de parroquia, pueblo, ciudad y el capital, a raíz de la influencia de los determinantes espontáneos e inducidos. Buscamos narrar su génesis y su dinámica, lo que resulta en mutaciones que atacaron este lugar, de las influencias espontáneas e inducidas, que controlaban su formación y organización interna.

Palabras clave: la emancipación; espontánea; génesis; inducida; lugares.

INTRODUÇÃO

Gênese espontânea, gênese induzida, núcleo embrionário pré-existente, incorporação e organização interna.

Todos os lugares, independentes de sua localização geográfica, têm suas gêneses definidas por processos determinantes espontâneos ou induzidas, sendo esses, por exemplos, a adequabilidade de um sítio para uma série de atividades ou mesmo para a defesa, outros exemplos são as fontes de produção de importantes matérias primas, a travessia de um rio, lugares onde se instalam portos marítimos ou fluviais, os pontos de transição entre as planícies e as montanhas, que influenciam a formação de núcleos pioneiros, assim como também, a abertura de estradas e seus entroncamentos, as indústrias, alguns comércios, além de lugares que surgem para se tornarem centros de administração governamental, centros religiosos, culturais, de lazer, gerados espontaneamente ou induzidos.

Por outro lado, a condição que alcança esses lugares depende de uma série de motivações que acaso sejam acometidos ao longo da história, que proporcionem uma dinâmica de fortalecimento e formalização de um arruamento pioneiro que, conseqüentemente obterá uma ampliação ou não, patrocinado pelos processos de cada período. O que destacamos é que os lugares surgem influenciados por fatos que definem a sua gênese, mas que calham de sofrerem influências dos mesmos processos ou de outros que definem o seu percurso na conjuntura econômica e política da época. Então, nem todo núcleo se dinamiza e se estrutura como um lugar urbano.

Nessa perspectiva, os processos determinantes espontâneos conduzem a formação de núcleos urbanos que germinam naturalmente, acomodados a sua localização geográfica e, os processos determinantes indutores moldam centros urbanos para que se fixem adequadamente ao espaço idealizado.

Da mesma forma, é salutar demonstrar que os determinantes espontâneos e induzidos podem se processar de forma congregada, provocando uma junção dos dois processos decisivos que incidem na dinâmica do lugar.

Essa congregação dos dois processos determinantes, isto é, o espontâneo e o induzido, pode levar a incorporação de um núcleo embrionário pré-existente por um projeto novo de cidade, podendo possivelmente ser gerido através do planejamento, dentro de um contexto político, econômico, social, natural, entre outros. E essa aliança formaliza os elementos que fundamentarão a construção da cidade, como elemento concentrador da sociedade que a habita.

Nessa conjuntura, a partir do nosso objeto de estudo que é a cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, propomos que a mesma possa ser inserida nessa lógica, já que o núcleo embrionário pré-existente, isto é o lugar que surge da fazenda e da freguesia foi incorporado ao plano radial concêntrico planejado por Darcy Aleixo Derenusson, condição que lhe permite uma série de intervenções através do tempo, possibilitando inclusive influenciar na organização da “nova” capital, já que nesse núcleo inicial se concentravam alguns equipamentos básicos.

Assinalamos que para atingirmos o êxito nessa discussão, partimos da ideia de complexidade genética do urbano, baseados em Corrêa, (2001, p.95), já que como ele coloca, “[a] rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais são criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada “fronteira do capital”, a Amazônia. Além do mais, como destaca Corrêa, 2001, p.96), complexidade genética, “(...) traduz-se também pela diferenciação entre os centros urbanos no que se refere aos agentes e propósitos imediatos da criação”.

Também, sobre a criação de cidades, nos amparamos em Beaujeu-Garnier(1997, p.73), quando esta assinala que para a constituição das mesmas, correspondem três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos. Esse último sendo considerado como um subaspecto dos políticos. Assim, cada cidade encontra-se marcada, desde a sua origem, - e por vezes de maneira indelével – pela escolha inicial.

Esses vetores determinantes resultam do tempo histórico e produzem um arranjo territorial, adquirindo uma feição e formalizando uma hierarquização entre os centros urbanos existentes a partir da realidade imposta, como no contexto amazônico, quando esses três motivos ressaltados por Beaujeu-Garnier, (1997), encontram-se claramente delimitados na realidade local, integrando-se ao momento histórico que, por sua vez, pode ser um determinante econômico, tal como a produção de borracha, ou político, a exemplo do evento rodoviário e dos projetos de desenvolvimento regional.

Assim, a ideia de surgimento se compromete com formação, origem e constituição, sendo essas condições o princípio da consolidação do urbano amazônico como lugar de concentração da população, após essas terem permanecido nas aldeias, nas fazendas e nos povoados.

Estabelecendo um diálogo do tema gênese urbana com o tema emancipação política, apontamos baseados em Soares (2006) que,

A gênese do município brasileiro, como unidade político-administrativa e dotado do “status” de ente da Federação Brasileira, ao lado do Distrito Federal, dos Estados e da União, encontra-se localizada nas instituições municipais da Península Ibérica, e tem sua origem ligada ao direito romano. O município constitui-se na base para a descentralização governamental.

No Brasil, o município é a menor unidade territorial com governo próprio, formado pelo distrito-sede, onde está localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município, e que corresponde à zona urbana municipal, e também pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila. Municípios e cidades não são, portanto, termos sinônimos, embora muitas pessoas assim o considerem. No Brasil o termo cidade, desde 1938 designa a sede municipal (SOARES, 2006).

A emancipação político-administrativa de municípios no Brasil é, de acordo com a constituição de 1988, de competência dos governos estaduais de cada estado brasileiro que possuem sua própria lei estadual que regulamenta a questão. O Estado tem autonomia para definir critérios básicos para criarem um novo município.

Porém, baseados em Ribeiro (2010), destacamos que “(...) embora tenha se atribuído aos estados a competência para decidir sobre a criação de municípios não foram regulamentados os critérios para a constituição de novas localidades. ”

Sendo assim Ribeiro (2010) destaca que diante do processo de proliferação de municípios a União tomou para si novamente essa atribuição em 1996, através da Emenda Constitucional número 15, modificando o artigo 18 da Constituição Federal, conforme segue:

A criação, a incorporação, a fusão e o demembramento de municípios, far-se-ão por Lei Estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma de Lei.

Dessa forma, a partir dessas reflexões, atestamos que gênese e emancipação política são processos que formalizam a organização das cidades, possibilitando um debate acerca do que propomos que é refletir sobre gênese espontânea, gênese induzida, incorporação e organização interna de uma capital amazônica.

Nesse contexto, ao nos referimos a Boa Vista, buscando estabelecer um diálogo entre gênese e emancipação política, destacamos como ponto de partida, baseados em Silva (2007) que,

Com relação ao núcleo embrionário pré-existente, este permaneceu apenas como um arruamento. (...) [era] um mero povoado provinciano. (...) durante o século XIX e nas primeiras décadas do século XX, foi o único lugar considerado urbano em toda a região do rio Branco, apesar de sua simples estrutura na época. (...) quando da emancipação política da Vila de Boa Vista do Rio Branco em 1890, este ainda era um pequeno aglomerado, predominando construções de barro cobertas de palha, com uma pequena população, que se ocupava principalmente de atividades ligadas ao setor primário.

A partir desse núcleo foi elaborado um plano no qual foi sugerido um traçado com uma estrutura radial concêntrica, privilegiando um único centro, tendo seu início às margens do rio Branco, configurando-se na paisagem urbana o poder centralizado. Essa estrutura favorece uma centralização para o qual tudo converge, polarizando praticamente todas as atividades urbanas, administrativas e comerciais. Nesse sistema, as vias principais são radiais, sendo dezesseis ruas e avenidas que partem da praça central denominada de centro cívico e, à medida que se prolongam, acompanhando o crescimento da cidade, se distanciam entre si, formando uma estrutura em forma de leque.

Em Silva e Veras (2012), estes assinalam que o plano urbanístico incorporou o núcleo embrionário pré-existente, confirmando a proposta de recomendar um entendimento diferenciado para duas realidades que se fundem num processo geopolítico estratégico na fronteira amazônica, isto é, o induzido sobrepondo o espontâneo, na formalização da cidade-capital.

Uma consideração respeitável que nos impulsiona a retomar a Silva (2007) é a de que,

O que nos chama a atenção é que esse planejamento, por ter sido um plano urbanístico implantado a partir de um núcleo urbano embrionário pré-existente, não seja citado como uma cidade planejada na Amazônia e no Brasil.

Em Barros (1995) o mesmo declara que,

A “cidade velha” e lusitana dos tempos da pecuária exclusiva e dos primeiros esforços de mineração, remanesceu no declive do terraço ribeirinho, mirando o rio branco, enquanto o estado federal tratou de construir uma nova cidade na superfície quase perfeitamente plana e monótona, de campos, com horizontes sem fim, em cuja direção iam as vias radiais, e dando as costas aos detalhes caprichosos dos níveis dos terraços ribeirinhos, das sinuosidades das margens do rio, e do verde da floresta ciliar do rio Branco.

A partir dessa configuração demonstrada por Barros (1995), que proporcionou a conexão entre o natural e o movido isto é, a partir da gênese espontânea e da gênese induzida, da incorporação do núcleo embrionário pré-existente pelo plano radial concêntrico a partir de 1944, que já continha a condição de capital de Território Federal obtido em 1943 e de sede de município desde 1890, ocorreu à formação da cidade de Boa Vista, resultante dos que foram os processos determinantes espontâneos e induzidos.

Nessa perspectiva apoiamo-nos em Silva (2009) que assim se refere à origem de Boa Vista:

Sugerimos que a origem de Boa Vista seja pensada e entendida a partir de duas vertentes que se diferenciam. Uma está relacionada à gênese espontânea, de um lugar que se origina de uma complexidade de fatores determinantes que atuam, ao longo dos séculos, XVIII e XIX. (...) A outra vertente se refere a uma gênese induzida, isto é, o Projeto Urbanístico elaborado por Darcy Aleixo Derenusson entre 1944 e 1950 (...).

Destacamos, conforme Ferreira *et alli*, (1977), que a origem inicial da cidade de Boa Vista está atrelada à questão político-administrativo e militar, assegurando que esse tipo de penetração foi responsável pelo surgimento dos fortins que se constituíram nos primeiros núcleos populacionais das cidades de São Luiz, Belém, Macapá, Bragança, Manaus e Boa Vista.

Para J. Santos (2004, p.92), Boa Vista foi “(...) fundada nos idos de 1876, quando foi transferida a pequena povoação de São Joaquim – que circundava o Forte do mesmo nome – (...)”.

Transferência que também é analisada por outros pesquisadores como determinante da gênese de Boa Vista, tal como Brasil (2005, p.13), que afirma que próximo ao forte de São Joaquim, “(...) formou-se uma VILA situada em uma estreita faixa de “terra alta”, uma vez que a região é alagadiça em época das chuvas.”

O mesmo Brasil (2005, p.14), destaca que:

Pela dificuldade de expansão, [da citada vila], procurou-se nova área onde a vila pudesse crescer sem a preocupação de inundação. Cerca de 30 Km a jusante do Forte havia duas fazendas fundadas por ex-comandantes do forte. A margem esquerda do rio Branco a fazenda São Pedro de propriedade do capitão Bento Ferreira Marques Brasil, onde hoje é a cidade Santa Cecília; e a margem direita a fazenda Boa Vista criada pelo capitão Inácio Lopes de Magalhães. Optou-se pela margem direita, bem próximo à sede da fazenda Boa Vista onde começaram as construções de moradias, formando a futura Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, 1858.

Sendo assim, existe uma forte relação entre a vila do forte, destacada por Brasil (2005), que foi a sede da fazenda São José, com a atual Boa Vista, pois, se transferiu essa vila para o lugar onde surgiu à sede da fazenda Boa Vista, a freguesia, a vila, a cidade e, a capital.

Quem colabora com essa discussão é Agostinho¹, que sugere que a localização de Boa Vista na margem esquerda do rio Branco ocorre por uma questão topográfica, pois é uma área alta que não inunda, assim como o canal do rio é mais profundo, diferente da margem direita que é inundada no período de chuvas. Para esse pesquisador a mesma teoria pode ser aplicada para a cidade de Caracaráí.

Para Vicentini (2004, p.69 - 120), ao classificar como se originaram vilas e cidades da Amazônia, destacando os aldeamentos, fazendas e missões, Boa Vista surgiu da parte da ordem religiosa Carmelita, da missão Nossa Senhora do Carmo. A mesma pesquisadora, cita que em 1814, São Joaquim concentrava 103 pessoas, enquanto, Nossa Senhora do Carmo, concentrava 161 moradores.

De forma mais geral, destacamos que informações contidas no (IBGE, 1981), colocam que às sementes de Boa Vista surgem no cenário amazônico quando os portugueses organizaram as expedições para expulsar os invasores holandeses, ingleses, e em particular os espanhóis, que buscavam a legendária vila de Manoa do *El Dorado*, rica em metais e pedras preciosas e que Walter Raleygh e outros exploradores julgavam localizar-se nas bordas do Lago Parimé, próximo ao rio do mesmo nome.

Assim, conforme o IBGE (1981),

Para tornar efetiva a posse da terra, chegaram em 1725, os primeiros missionários carmelitas, vindos do rio Negro, e estabeleceram diversas missões ao longo do rio Branco a que deram os nomes de Carmo, Santa Maria, São Felipe e Conceição. Para defender o sistema fluvial do rio Branco, impedindo a entrada dos invasores, foi construída em 1775, a fortaleza de São Joaquim à margem do Tacutu na confluência com o rio Uraricoera. A missão coube ao Capitão de engenharia Felipe Sturm de nacionalidade alemã, a serviço de Portugal. Nessa mesma ocasião foram estabelecidas seis povoações ao redor da fortaleza: Santa Bárbara e Santa Isabel ou São Martinho no rio Branco; São Felipe no rio Tacutu; Santo Antonio, Conceição e Boa Vista no Uraricoera. Data dessa época a ocupação efetiva e, por conseguinte, o povoamento e o aldeamento dos indígenas da região. [...] Em 1858 a Lei Provincial que designou as fronteiras do Amazonas estabeleceu a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, cuja sede seria “acima das cachoeiras do rio Branco no lugar denominado Boa Vista” (...).

Repetindo a afirmação de Oliveira (2003, p.01), Roraima surgiu da antiga fazenda Boa Vista.

Diante dessas perspectivas, destacamos que a história da capital de Roraima confunde-se com a história do próprio Estado. A área do município de Boa Vista pode ser considerada a gênese do estado, de vez que foi nesses campos gerais, ao longo dos rios Branco, Tacutu e Uraricoera, que se instalaram as

¹Professor do Departamento de Geografia da UFRR. Entrevista concedida em 14/08/2006.

missões religiosas e militares de aldeamento indígena, assim como o Forte de São Joaquim e as primeiras fazendas nacionais e particulares. Posteriormente, se fundou a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, onde se instalou o município de Boa Vista.

Após a construção do referido forte de São Joaquim, dos aldeamentos e da instalação das fazendas nacionais, fundaram-se as fazendas particulares, entre elas, no ano de 1830, pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães, oficial do Forte de São Joaquim, cuja sede foi denominada Boa Vista, inspirado pela boa visão do local escolhido, de onde o oficial podia apreciar as águas prateadas do rio Branco.

Por coincidência ou propositalmente, a localização da sede dessa fazenda se deu no lugar onde antes se estabelecera o aldeamento indígena de Nossa Senhora do Carmo, na margem ocidental do rio Branco.

Com base em Miranda (2002, p.105), reafirmamos que, dos aldeamentos estabelecidos no decorrer do século XVIII, somente o de Nossa Senhora do Carmo, sobreviveu aos conflitos indígenas e no mesmo lugar onde este se localizava foi instalada a sede da fazenda Boa Vista.

Porém, com a pecuária se desenvolvendo nessa fazenda e o mercado de Manaus absorvendo o excedente dessa produção, ocorreu uma expansão da mesma, originando inclusive o primeiro clã local, o dos Magalhães, que foram ocupando essas terras.

Ainda, de acordo com Andrade (1970, p.54):

Distante do resto do país e tendo dificuldades de transportes para a própria Amazônia devido às corredeiras do rio Branco na época das águas baixas, formou-se aí um pequeno e isolado núcleo de habitantes, dedicados a pecuária.

Não sem razão, a Lei Provincial número 92, de 09 de novembro de 1858, criou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco, na sede da fazenda Boa Vista. Nesse período, segundo Silva (1997, p.40), a “elevação do aldeamento de Nossa Senhora do Carmo a categoria de Freguesia tinha como objetivo manter o controle administrativo nesse espaço, uma vez que era constante a presença inglesa na região (...)”.

Destacamos que a instalação da freguesia nesse aglomerado visava um maior controle administrativo da região, considerando a importância que a igreja católica tinha nas determinações em conjunto com o estado quanto à organização de territórios, entre outras obrigações.

Para Barbosa (1993-1, p.132), “As iniciativas provinciais vinham de encontro ao desenrolar de uma disputa de terras que há algum tempo se arrastava entre Portugal (agora Brasil) e Inglaterra”.

Essa questão de delimitação de fronteiras ficou reconhecida como a “Questão do Pirara” que, a partir de sua delimitação, ocasionou a perda de quase 20.000 km² do território brasileiro em favor da então Guiana Inglesa. Dessa forma, as preocupações, por parte dos portugueses, se deram com as expedições inglesas de reconhecimento e exploração ocorridas no início do século XIX. Por isso, para obter maior controle da área, foi estabelecida essa Freguesia.

A província do Amazonas havia sido criada em 05 de setembro de 1850², ainda no regime do Brasil

² No que se refere à divisão política do Brasil ao longo de sua história, adiantamos, baseados em (FAUSTO, 2003, p.43), que a primeira forma se denominou de Capitânicas Hereditárias, instaladas ainda no início da colonização, no Governo de Dom João III,

imperial e oito anos depois, isto é, em 1858 se definia o local para se instalar a freguesia devido à existência do povoado na sede da fazenda Boa Vista. Havia a necessidade de se criar paliativos para o abandono da área setentrional da província e do Brasil.

Seguindo o rumo comum da história, a instalação da freguesia ocorre a partir da criação da província do Amazonas, que reconhece oficialmente a existência e a importância de um povoado organizado na região. Para Miranda (2002, p.77), foi, “a Lei nº 132, de 29 de julho de 1865, no entanto, que incorporou a região compreendida ‘das corredeiras do Rio Branco para o Norte’ à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.”

Entretanto, em torno das atividades desta fazenda e freguesia, foi crescendo o pequeno aglomerado populacional, formando o embrião da Vila de Boa Vista do Rio Branco. Entre alguns fluxos migratórios destinados a esse povoado, destacam-se os provenientes, principalmente, do Nordeste brasileiro, para se dedicar à atividade pecuária e ao comércio. Um dos momentos de maior fluxo, nesse período, se deu no ano de 1877, devido à grande seca naquela macrorregião brasileira, que acarretou um pequeno aumento na concentração populacional em Roraima.

Em 1889, ocorrendo a Proclamação da República, caem às instituições monárquicas e as províncias são transformadas em Estados. Dessa forma, a província do Amazonas passa a ser denominada e institucionalizada como estado do Amazonas.

No ano de 1890, mais precisamente em 09 de julho, a freguesia foi transformada no município de Boa Vista do Rio Branco, desmembrado do município de Moura do já então estado do Amazonas, sendo a freguesia elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila de Boa Vista do Rio Branco, com os mesmos limites da freguesia, isto é, a partir da cachoeira do Bem-Querer no rio Branco para o Norte até a fronteira com a Venezuela e Guiana, mas com o *status* de vila sede de município. Fabio Barreto Leite foi quem instalou a vila de Boa Vista do Rio Branco, sede do município de mesmo nome.

Para Maia (2005), “No Brasil colonial e imperial as vilas podiam também ser sedes de municípios. Foi a partir do Decreto Lei nº 311 de 02 de março de 1937, que se decreta que a “sede do município tem categoria de cidade e lhe dá o nome”.”

Assim, a divisão geopolítica do atual estado de Roraima iniciou-se, ainda como parte do estado do Amazonas, através do decreto número 49, assinado pelo governador do referido estado Augusto Ximenes de Ville Roy. Devido a sua situação geográfica, na zona limítrofe nacional, o governo amazonense tomou essa decisão, tendo esse novo município sido relacionado na enciclopédia dos municípios brasileiros como amazonense em 1892.

No ano de 1896, foi fixado o rio Anauá como limite entre os municípios de Boa Vista e Moura, tendo outras delimitações sido estabelecidas, em Roraima, ao longo do século XX, a partir das diversas

havendo indícios de que foi no princípio da década de 1530. A Capitania de São José do Rio Negro, segundo (REZENDE, 2006, p.241), foi criada através da Carta Régia de 03 de março de 1755.

No que se refere às Províncias, o segundo modelo de divisão do Brasil, ainda baseados em (FAUSTO, 2003, p.151), colocamos que estas foram criadas com a Constituição de 1824, após a Proclamação da independência do Brasil e, a Província do Amazonas foi criada em 1850.

No que se refere aos estados, segundo (OLIVEIRA, 2003, p.114), estes nasceram com a constituição de 1891, após a proclamação da República, que ocorreu em 1889, quando as províncias passam a ser assim denominadas.

emancipações políticas ocorridas.

Para Barbosa (1993-1, p.135), “Com este ato, tentava-se dar certa autonomia administrativa a esta localidade, proporcionando também, através de um sentimento regionalista, proteção e maior desenvolvimento econômico”.

Uma questão importante a ser ressaltada é a de que a forma de governo que se instalava a partir da Proclamação da República em 1889, reestruturava o estado brasileiro seguindo as determinações do novo regime vigente. Nesse processo, as antigas províncias foram transformadas em estados da federação, constituídos de municípios.

Segundo Oliveira (2003, p.114), “o município de Boa Vista do Rio Branco nasceu com a constituição de 1891, transformando-se no núcleo político, administrativo e militar de maior relevância na região. Estando subordinado ao estado do Amazonas tendo decisões de nível local tomadas em Manaus”.

Nessa divisão política e administrativa, no ano de 1911, a área do município de Boa Vista era composta apenas por sua sede, condição que permaneceu no recenseamento de 1920.

No ano de 1926, a vila, distrito sede do município, foi elevada à categoria de cidade, tornando-se cidade-sede de município e, em 1938, ocorreu à simplificação do nome passando a se denominar somente Boa Vista, sendo acrescido de dois distritos: Caracaraí e Murupu.

Dessa forma, nos antecipamos a concluir que, quando da emancipação política da Vila de Boa Vista do Rio Branco em 1890, está ainda era um pequeno aglomerado, predominando construções de barro cobertas de palha, com uma pequena população, que se ocupava principalmente de atividades ligadas ao setor rimário.

Como a principal base da economia local era a pecuária esta não demandava grande quantidade de mão de obra, além de que as sérias dificuldades de acesso à área influíam no processo migratório, que era esparso. Essa realidade proporcionou uma simples estrutura urbana da então Vila de Boa Vista do Rio Branco e a distribuição da pequena população regional, que residiam principalmente nas diversas fazendas localizadas ao longo dos rios.

Todavia, baseados novamente em Magalhães (1987:139), verificamos que na virada do século XIX para o XX, após a criação do município, ocorreram fluxos migratórios, ainda que pequenos, que provocaram uma efetiva colonização. Esses migrantes provinham da própria região Norte, tendo como causa a crise do ciclo da borracha em outras áreas da região. Com o início da crise desse ciclo econômico, deu-se a dispersão dessa população para outras áreas da Amazônia, inclusive para a região do rio Branco, que atraiu esses migrantes em virtude da descoberta da existência das reservas minerais e da expansão da atividade pecuária que ocorria nesse período, principalmente na década de 1910.

Ressaltamos também, que esse processo migratório ocorreu também, diretamente do Nordeste brasileiro que, com seus problemas fundiários, já expulsava o povo nordestino que buscava, entre outras áreas, as do Rio Branco, no afã de melhores condições de vida.

Nesse período, os imigrantes se destinavam principalmente às fazendas do vale do rio Branco, que condicionava ainda uma distribuição espaçada da população, disposta, sobretudo, nas diversas sedes das

fazendas, permanecendo em Boa Vista uma pequena parcela, o que implicava em uma população urbana inferior à rural, sendo Boa Vista um simples povoado na fronteira.

Assim, mesmo com esses deslocamentos, a distribuição da população continuou rarefeita nessa área com predominância no campo, isto é, nas fazendas de gado. O rio Branco foi importante para a localização do ajuntamento humano inicial que foi crescendo nessa fronteira.

O aglomerado, que primeiro foi se formando em terras da fazenda Boa Vista, às margens do rio Branco, próximo ao ancoradouro, tinha esse afluente do rio Negro como única via de comunicação e circulação. Esse recurso hidrográfico influenciou o crescimento do povoado às suas margens, aproveitando-se também da topografia plana da área.

A cidade de Boa Vista em 1917, para J. Santos (2004:82),(...) tinha ainda um aspecto de vila solitária e isolada da Capital do Amazonas e do resto do País”.

Para esse pesquisador, essa cidade,

Implantada em posição geográfica dominante, à margem direita do Rio Branco, já apresentava nessa época, casas bem construídas, com mistura de pedras e cal, cobertas de telhas, bem cuidadas e pintadas com cores alegres e uma bela capela que causava boa impressão a qualquer visitante. Tinha ao todo quarenta e nova residências, entre casas e barracos, que eram dispostas separadas umas das outras, por certa distância, dando uma impressão de espaço ocupado bem maior do que o real. (J. SANTOS (2004:82).

Ali residiam, na década de 1910, cerca de trezentos habitantes que se ocupavam da pecuária e da garimpagem.

Para se ter outro exemplo do que era Boa Vista, em 1924, durante a expedição de Hamilton Rice, este descreve que Boa Vista era o único agrupamento junto ao rio que tinha a possibilidade de ser chamado de vila quando se observa o simples traçado urbano do período. Esse aglomerado compreendia 164 casas que abrigavam uma população de 1.200 pessoas. Alguns dos edifícios que formavam o conjunto arquitetônico local eram de tijolos, tais como a igreja, a intendência, algumas casas de moradia e o armazém, porém, a maioria era de reboco e pau-a-pique. A população local se compunha de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa, aliás, em número muito reduzido (RICE, 1978:25).

Para Macaggi (1976:109 e 110), Boa Vista era um

(...) vilarejo até 1926, pequenina e triste, possuía na ocasião regular número de habitantes. Muito espalhada, com poucas casas de alvenaria e inúmeras de taipa, cobertas de palha de buriti ou inajá. Sem árvores, sem praças e sem flores. Prédios velhos e feios. Quintais abertos e abandonados, sem uma horta ou jardimzinho. Só um bangalô, à distância, embelezando a paisagem. Nenhum grupo escolar, sendo raras suas escolas, regidas por professores primários. Sem cais e as margens do rio terríveis para a atracação das embarcações.

Essas duas últimas descrições nos demonstram a situação do lugar na década de 1920, quando Boa Vista apresentava uma condição de sede de município amazônico, apresentando características muito simples, que permanecem no decorrer das décadas de 1930 e 1940, quando, então, torna-se capital de território.

Em Farrar&Rinehart (1934:15 e 17), a partir da descrição feita pelo novelista inglês WAUGH, esse lugar, diante de sua primeira visão, a partir da margem esquerda do rio Branco era “uma confusão de casas em ruínas”, quando ali chegou em 1934. A rua central de Boa Vista era, “(...) larga, com piso de barro ressecado e desnivelado, com largas fendas por toda parte e sulcado por várias sarjetas secas. As casas caiadas, cobertas de telhas, de um só andar, eram enfileiradas de um lado e do outro da rua”.

Para esse novelista, a prelaia dos Beneditinos era o edifício mais imponente, maior que as demais construções que havia visto desde que partira de Georgetown, na então Guiana Inglesa, rumo ao lugar Boa Vista.

Ainda Waugh, em Farrar&Rinehart (1934:20), descreve que: “Havia a rua central pela qual nós chegamos – Rua Bento Brasil – duas estradas paralelas menos importantes e mais quatro outras ruas que a cortavam em ângulo reto. Em todas as direções depois de uns 400 metros, as estradas sumiam aos poucos, se transformando em vagarosos caminhos.”

Assim, esse lugar isolado se mostrava ou aparecia ao mundo através da visão destes exploradores que ali passavam e lhe descreviam. Era o lugar do contato com o “urbano” para os primeiros habitantes que se dedicavam à pecuária e ao garimpo. Era o urbano na infinita Amazônia em transição para o “lavrado”, o único depois de Manaus para quem buscava o norte em direção à Venezuela e às Guianas ou o primeiro para quem descia desses países.

Exercia influência comercial em uma ampla região composta por fazendas, garimpos, aldeias indígenas; aí foi se fortalecendo até se transformar na capital do Território Federal do Rio Branco em 1943, que passaria a ser denominado de Roraima em 1962.

Conforme Barros (1995:61 e 62):

Certamente que a criação do Território foi responsável, ao lado da mineração que usava Boa Vista como base de apoio, pelo crescimento populacional e ultra centralização funcional desta cidade, ao longo das décadas de 1940 e 1950, e que se acentuará nas seguintes.

Da mesma forma, Ferri (1990:24) aponta que: “De acordo com os dados do IBGE, no período compreendido de 1920 a 1950, houve um aumento populacional de Boa Vista de 80% aproximadamente, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco. ”

Pode-se atribuir esse aumento ao declínio da extração da borracha na Amazônia e à instalação administrativa do território. Nesse processo, como a única cidade da região do Rio Branco, Boa Vista foi centralizando as funções que iam sendo implantadas no território, não havendo um processo em que elas se deslocaram de um centro para outro, assim como foi o destino da maioria dos migrantes, que se dirigiam principalmente para essa cidade.

Com isso, foi ocorrendo à concentração e a formação do contraste entre Boa Vista e as demais cidades; ela foi aumentando e criando essa cumulativa estrutura atual.

Boa Vista tinha um papel que se resumia a um simples centro administrativo. Segundo Ferreira *et ali* (1977:82), quando este se remete as capitais de estados e territórios federais da Amazônia recém-criados, “(...) elas exis[tiam] mais como centros burocráticos do que como pólos de vida e desenvolvimento.”

Indicamos que a localização geográfica de Roraima, nesse período, junto à divisa interferiu como determinante organizador, pois a história da cidade de Boa Vista está partilhada por eventos que indicam a importância dessa localização geográfica, que passa a atender a interesses nacionais. Sugere-se que o projeto de Boa Vista, como capital de território, está ligado a questões de interferência na fronteira, que precisava ser protegida.

O pequeno aglomerado, que se transformou na capital roraimense em 1943, era um espaço que apresentava poucas condições, através das quais o urbano planejado foi sendo produzido. Havia um grande vazio demográfico e um reduzido número de pequenos aglomerados no vale do rio Branco, excetuando-se Boa Vista que, como destacou Rice (1978), era o único lugar que poderia ser chamado de vila.

Boa Vista do Rio Branco parecia querer reagir a certos momentos, redirecionando ou modificando as condições pré-existentes de um lugar da fronteira, onde se vinculavam o limite imposto e a necessidade de torná-los visíveis e delimitáveis, como o poder através do urbano naquele limite.

A partir desse pequeno núcleo pré-existente, planejou-se uma cidade que pudesse exercer o papel do poder central na fronteira e demonstrar o significado de Brasil potência, para os que pudessem apreciar o novo urbano inspirado em Belo Horizonte, havendo considerações de que a cidade também foi projetada com inspiração em Paris, em uma alusão às ruas da capital francesa. O núcleo embrionário tornou-se o centro do poder brasileiro naqueles confins amazônicos.

Dessa forma, uma das formas de entender Boa Vista é a sua posição nessa parte da fronteira amazônica, limitada pela Venezuela e pela Guiana que compõe a divisão geopolítica sul-americana. Uma fronteira que fugiu à bipolaridade da hegemonia portuguesa e espanhola na América do Sul na época da colonização, quando o Reino Unido da Grã-Bretanha também dominou esse espaço, em conjunto com a Holanda e a França.

Assim, o planejamento de uma cidade nesse espaço nos remete a uma intervenção de interesses políticos, já que a dimensão do lugar no período se submete a esse fim, para proteger essas plagas.

Questão compartilhada também por A. S. Júnior (1993:113) que afirma que, “O surgimento de núcleos populacionais nessa faixa de terra do extremo norte do País foi resultado da necessidade de defender as fronteiras do Brasil de invasões estrangeiras.”

Essa citação nos remete à complexidade genética dos lugares urbanos nesse espaço e ao planejamento urbano criado para Boa Vista em 1946, quando se definem as estratégias de organização do espaço nacional brasileiro.

Acreditamos que esse planejamento de Boa Vista está presente no projeto geopolítico nacional, que criou para a Amazônia, planos nacionais de desenvolvimento, na intenção de ocupar e povoar essa área. A

implantação de novas cidades projetava a força do poder central nesse espaço, questão defendida por Becker (1998:46), afirmando que “a fronteira atual já nasce urbana, como uma estratégia de ocupação utilizada pelo Estado”.

Becker (1998: 53, 54, 55) ainda, quando analisa a urbanização como estratégia de ocupação na Amazônia, coloca que o núcleo urbano atrai o imigrante, é à base da organização do mercado de trabalho, assim como é o lugar da ação política-ideológica do Estado.

Nessa conjuntura, ressaltamos, que para a realidade brasileira, o surgimento dos núcleos urbanos, além de sua espontaneidade com suas cidades coloniais, primeiro localizadas na costa, tais como Salvador e Olinda até as nossas cidades planejadas, se passaram mais de quinhentos anos de ocupação e estruturação que se mostram subdivididas nas atuais cinco macrorregiões com suas respectivas particularidades no que se refere ao número e tamanho de cidades.

Com essa estrutura, onde se reúnem o espontâneo urbano e o plano urbano, no Brasil se criaram várias cidades que Santos (1988:42) define como “cidade artificial”, tais como Belo Horizonte, Volta Redonda, Goiânia, Londrina, Brasília, considerando esses projetos urbanos experiências que casavam filosofia, sociologia e política com a prancheta.

Com relação a esses projetos urbanos, resgatamos de Vicentini (2004:236), que quatro cidades foram planejadas como cidades capitais no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX até meados do século XX: a primeira teria sido Teresina, em 1852, concebida como cidade capital do Piauí; a segunda, Belo Horizonte, em 1897; a terceira, Goiânia em 1935; e a quarta, Brasília, em 1960. A autora destaca que, mais recentemente, na segunda metade do século XX, teria sido Palmas a mais nova capital brasileira implantada.

Ainda nessa conjuntura, encontramos em Oliveira (1992) que, no Brasil, foram planejadas: Belo Horizonte cujo plano foi elaborado em 1896; Goiânia, projetada entre 1933 e 1937 e implantada em 1939; Volta Redonda, que surge em 1943 como cidade industrial no estado do Rio de Janeiro; em 1960 seria a vez de Brasília, que passaria a ser a sede do poder administrativo brasileiro.

Porém, Santos (1988:40) afirma que o planejamento físico-territorial não são novidades no Brasil, porque, [r]emexedores de mapas e papéis velhos conseguiram provar que muitas cidades disseminadas pelo Brasil afora cruzaram o Atlântico sob a forma de “riscos” (traçados reguladores) e regulamentos que ordenavam a boa disposição espacial, o abastecimento e a defesa, muito antes que se lançasse sua pedra fundamental. Foi assim, por exemplo, que se conquistou a Amazônia.

Essa condição é analisada e compreendida considerando, a cada momento, as transformações regionais que ocorreram, de acordo com os diversos períodos que formalizaram o tempo histórico regional, desde a implantação do Forte do Presépio em 1616, que originou Belém, passando pelo ciclo da borracha, e diversos outros importantes momentos até chegar ao presente.

Nesse sentido, concordamos com Oliveira (1992:38), ao advogar que:

Na Amazônia o desenho estará presente no projeto geopolítico nacional, nos planos nacionais de desenvolvimento, nas cidades planejadas e/ou projetadas para a região, nas intenções da iniciativa

privada, em diferentes níveis, até mesmo na implantação integral de novas cidades, como também, nos propósitos da população ao projetar em escala um para um suas novas cidades.

Diante dessas questões, entres esses processos citados e em um período que pode ser considerado recente, década de 1940, o planejamento urbano de Boa Vista está correlacionado a um plano geopolítico estratégico na fronteira amazônica.

O que nos chama a atenção é que esse lugar talvez, por ter sido um plano urbanístico implantado a partir de um núcleo urbano embrionário pré-existente, não seja citado como uma cidade planejada na Amazônia e no Brasil. Desconhece-se, na literatura existente, esse projeto urbanístico, idealizado pelo primeiro governador do território, Êne Garcez, e planejado pelo engenheiro Darci Aleixo Derengusson, implantado em 1946, tendo essa implantação se dado aos poucos, mais precisamente entre 1947 e 1950, com um formato radiocêntrico.

Esse projeto urbano implantado em Roraima em 1946 foi um evento que mudou a figura de Boa Vista, começando um novo período na história dessa cidade, transformando-a, como afirma Barros (1995:151), é um “(...) projeto de ‘foreworldcity’, uma cidade que mostrasse na fronteira o que o poder central se propunha a ser.”

Planejar uma cidade como Boa Vista na fronteira significava a necessidade de intervenção de interesses públicos para proteger a referida área. O que ocorreu, na realidade, foi à construção de um centro burocrático e uma base militar. Esse lugar tinha um papel geopolítico na região, tornando-se um polo artificialmente criado, marcando os limites internacionais do Brasil. O que mais chama a atenção é a ausência de uma base econômica consolidada, que pudesse gerar uma economia sólida na área, contudo, a principal fonte de renda do território era como lugar estratégico que dependia de recursos do poder central.

Esse plano urbanístico ou, como denomina Barros (1995:150), plano básico, foi implantado a partir de uma pequena aglomeração composta por três ruas, paralelas ao rio Branco que tinha o porto fluvial como o nó principal e para onde se debruçavam os edifícios públicos, as casas comerciais e a igreja católica.

Boa Vista era um pequeno aglomerado urbano e havia uma preocupação comum a melhor urbanização e ocupação do novo Território do Rio Branco. Para se ter uma ideia, a sede do município de Boa Vista em 1944, quando aqui desembarcou o primeiro governador do território federal, Capitão Êne Garcez, agrupava 5.248 habitantes, três ruas paralelas ao rio Branco, algumas casas de alvenaria e a quase totalidade de taipa e coberta de palhas (FREITAS, 1993:32).

Para Barros (1995:151), a “estrutura urbana herdada deste período é representada por lotes estreitos de casas conjugadas de ambos os lados, ao velho estilo lusitano, acomodando-se às oscilações do relevo ribeirinho”.

Dessa forma, foi elaborado um plano no qual foi sugerido que a partir desse núcleo se criasse um traçado. O projeto da cidade é arrojado e intencionava à implantação de avenidas radiais a partir de um centro cívico, onde os lotes foram destinados na época, para construção de residenciais e de repartições públicas que precisavam ser instaladas. Nessa proposta, buscava-se implementar uma cidade que tivesse

uma estrutura para servir aos novos residentes que para ali se destinavam, através da instauração da máquina burocrática.

O traçado tem uma estrutura radiocêntrica, privilegiando um único centro, tendo seu início às margens do rio Branco, configurando-se na paisagem urbana o poder centralizado. Essa estrutura favorece uma centralização para o qual tudo converge, polarizando praticamente todas as atividades urbanas, administrativas e comerciais. Nesse sistema, as vias principais são radiais, sendo dezesseis ruas e avenidas que partem da praça central denominada de centro cívico e, à medida que se prolongam, acompanhando o crescimento da cidade, se distanciam entre si, formando uma estrutura em forma de leque.

Da “bola”, popularmente chamada pela população a praça circular, onde localiza-se o palácio Hélio Campos, sede do governo estadual, partem essas ruas e avenidas, que são radiais, em direção ao norte, oeste e sul, tais como, Ville Roy, Capitão Julio Bezerra, Mario Homem de Melo, Ene Garcez, Getúlio Vargas, Glaycon de Paiva, entre outras. Circulando a praça estão as repartições públicas, a catedral católica, alguns bancos, o principal hotel da cidade e algumas casas comerciais.

No decorrer do século XX, a cidade de Boa Vista cresceu ultrapassando os limites possíveis desse projeto radiocêntrico, formando uma estrutura urbana que foge ao plano original proposto, alterando o seu tecido urbano original. Tendo havido nesse contexto, mudanças no sítio urbano, que para Beaujeu-Garnier (1997:76), designa o lugar preciso da implantação inicial da cidade.

Considerações finais

A implantação do plano urbanístico ocorrido em 1946 em Boa Vista, projetando uma cidade a partir do rio Branco, proporcionou, nessa década e na seguinte, um crescimento patrocinado pelo poder público, após a criação do território federal, quando essa cidade recebe as repartições e as residências funcionais públicas que abrigariam os novos funcionários públicos territoriais.

Várias políticas de recrutamento foram providenciadas da administração territorial, de setores de planificação para intensificar a colonização do Alto Rio Branco na década de 1940.

A cidade, reagindo a certos momentos os acontecimentos que ocorriam no âmbito mais geral, através das circunstâncias e das especificidades do período que caracterizavam esse lugar, estende as suas próprias fronteiras, a partir da dualidade entre o poder local e o nacional.

Essa cidade da fronteira, enquanto ponto limite da soberania nacional aproximava-se do poder central, através de interventores que regiam as administrações locais, produzindo sua história, ao longo da qual formas e funções vão sendo produzidas, refletindo processos específicos no âmbito nacional, regional e local e, em alguns casos, internacional, devido a sua posição limítrofe.

Mesmo assim, a área ocupada até 1970 ainda era pequena, tendo em 1966, uma subdivisão em apenas nove bairros, denominados de centro, Nazaré, Messejana, São Francisco, São Pedro, Mirandinha, Olaria e Redenção, que foram se redefinindo e formaram novos bairros.

Porém, Boa Vista foi se firmando como um centro urbano administrativo e um polo militar, com uma infraestrutura administrativa de órgãos ligados ao governo federal e aos pelotões militares que foram quase todos sediados nela a partir de 1970.

Há efeitos dessa sua condição na estrutura urbana com áreas residenciais voltadas para abrigar os militares, assim como para instalação de suas bases.

Sendo assim, a cidade passa a sediar essa infraestrutura militar tanto do exército como da aeronáutica, gerando uma rotatividade de tropas e conseqüentemente um aumento da mancha urbana.

Nesse processo, os projetos de integração regional da Amazônia ao restante do Brasil geraram uma série de inovações que afetaram o âmbito local. As intervenções na região, a partir do governo federal, influenciaram na consolidação das suas novas formas e funções. As novas configurações do espaço resultaram das novas relações políticas, assim como acompanharam as necessidades dos que ali se instalaram.

Alguns bairros de Boa Vista vão sendo criados e implantados em forma de conjuntos habitacionais e de loteamentos, proporcionando em 1981 o surgimento dos bairros de São Vicente e 13 de setembro na zona sul; em 1982, foram criados os bairros de Jardim Floresta, dos Estados e dos Executivos; em 1983, Pricumã, Liberdade, Marechal Rondon, Centenário e Caçari; em 1985 Buritis, Caimbé; em 1986, Asa Branca e Tancredo Neves; e, em 1989, Paraviana e Cambará.

No ano de 1988, quando o território federal é transformado em estado, Boa Vista já se subdividia em 25 bairros, em razão do surgimento dos bairros da Liberdade em 1979, Asa Branca em 1982 e Tancredo Neves em 1987, entre outros, ocorrendo a partir daí uma fragmentação do tecido urbano do pequeno aglomerado existente.

Com o incentivo à fixação de imigrantes por parte dos governos estadual e municipal, por meio da criação de lotes de terras em conjuntos habitacionais, o correia criação de outros bairros, tais como Caimbé em 1989 e Jardim Primavera em 1992, formando no ano de 1996, 31 bairros.

A expansão da cidade nesses períodos se deve principalmente às iniciativas dos dois períodos do governo Otomar de Souza Pinto entre 1979 e 1983 e entre 1991 e 1995 intercalado pelo governo de Romero Jucá, entre 1987 e 1989, quando estes estimularam o surgimento de novos bairros com uma política de incentivo migratório.

Os resultados não foram somente o movimento para o interior em busca de lotes rurais, mas também de lotes urbanos e das vantagens de uma vida urbana proporcionada pela capital.

A expansão urbana de Boa Vista, após a década de 1980, dá-se quando novas áreas foram progressivamente incorporadas mediante a proliferação de novos loteamentos, produzidos de forma descontrolada e sem previsão, respondendo especialmente a interesses políticos de assentamentos de migrantes que eram induzidos a se deslocarem para Boa Vista.

Assim, Pinho (2001:44) destaca que esses incentivos à imigração e essas políticas de assentamentos acontecem quando o estado passa a ser a unidade federada mais atrativa, tendo como estímulo, a grande

vontade política local de formar base de sustentação político no novo Estado atendendo populações descapitalizadas de outros Estados do país.

Por outro lado, precisamos destacar o grande movimento de garimpeiro socorrido entre 1987 e 1990, período que ficou denominado como a “corrida do ouro”, e que desencadeou um crescimento desordenado nessa cidade, principalmente em direção a zona oeste, provocando uma expansão e o princípio da dispersão urbana após o rio Branco, na década de 1990, com a criação da cidade Santa Cecília, um loteamento, localizado após o rio, que se tornou um bairro satélite de Boa Vista.

Boa Vista passa a concentrar as funções ligadas diretamente a essa atividade, inclusive arcando com a responsabilidade quando ocorre a proibição do garimpo na época do Governo Collor, estagnando a economia local – muitos garimpeiros se assentaram na periferia de Boa Vista, criando um grande bolsão de pobreza.

Nesse arranjo, o crescimento demográfico e espacial na cidade de Boa Vista está vinculado ao processo de ocupação e povoamento do território e do estado no que se refere a diferentes processos em diferentes momentos da história local.

Na década de 1990, em conjunto com os garimpos, a ausência de infraestrutura e de apoio governamental aos programas de assentamento agrícola, como também os programas de assentamentos urbanos, provocaram um êxodo rural direcionado para Boa Vista, resultando num princípio de “favelização” na periferia dessa cidade.

No decorrer dos primeiros anos do século XXI, o tecido urbano de Boa Vista continua tendo alterações, obrigando novas formas de análise espacial. O tecido urbano que para Reis (2006:59), é, “(...) uma definição geométrica de relações de propriedade e uma definição social das formas de uso”; obteve diferentes formas que concretiza Boa Vista, como um lugar formado por um traçado de ruas e bairros que são identificados como em zonas, sendo estas, norte, sul, leste e oeste de acordo com o Plano Diretor de Boa Vista (1991).

Nesse contexto, uma questão importante de se ressaltar nos remete a Silva (1997), que assim se referiu a capital roraimense:

A cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, possui uma localização geográfica pós-floresta amazônica (com relação ao restante do Brasil), ilhada por rios, matas e fronteiras internacionais, proporcionando individualidades que devem ser consideradas.

Dos municípios que compõem o Estado, Boa Vista é o mais povoado, mostrando o elevado nível de concentração populacional no estado, que aglutina em seu espaço serviços, comércio e indústrias não disponíveis nos demais centros urbanos roraimenses.

Quanto ao contexto de relacionar o planejamento, isto é, de um projeto radial concêntrico, com a constituição atual de Boa Vista nos remetemos a Silva, Almeida & Rocha, (2012) quando estes assim se remetem ao formato da capital:

Os estudos realizados indicam que os processos determinantes para esse formato do tecido urbano de

Boa Vista, deve-se a fatores específicos, tais como: a atuação do Estado, dos promotores imobiliários e dos grupos sociais excluídos. Resumindo, pode-se considerar que a importância desses fatores para essa forma do tecido urbano ocorre, em função da falta de normas e legislações tendo como consequência uma contínua concentração populacional em uma zona urbana.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Paisagens e problemas do Brasil, aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e o crescimento econômico*. Editora Brasiliense, 1970.
- A.S. JUNIOR, Tércio. *Roraima o Brasil do Hemisfério Norte: Diagnostico científico e tecnológico para o desenvolvimento*. Fundação do meio ambiente e tecnologia de Roraima. Boa Vista, 1993.
- AGOSTINHO, Jaime de. *Subsídios à discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o estado de Roraima*. São Paulo: FFLCH, USP, 2001. (Tese de doutorado).
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação Humana em Roraima. I. Do Histórico Colonial ao Início do Assentamento Dirigido. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 9 (1): 123-144. Belém, 1993.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997
- BECKER, Berta K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1998.
- BEZERRA, Josinaldo Barbosa. *A migração e sua influência no crescimento urbano de Boa Vista – Roraima*. UFRR, Boa Vista, 2001. (Monografia de Especialização).
- BRASIL, Amazonas. *Boa Vista da intendência à câmara municipal*. Boa Vista: Pró-Roraima, 2005.
- CORREIA, Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- FARRAR & RINEHART, Inc. *Ninety-two days the account of a tropical journey through British Guiana and part of Brazil...* By Evelyn Waugh. Publishers, New York, 1934.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- FERREIRA, José Freire da Silva et ali. *Rede Urbana Amazônica. Subsídios para uma política de desenvolvimento regional e urbano*. UFPA, NAEA, Belém, 1977.
- FERRI, Patrícia. *Achados ou perdidos a imigração indígena em Boa Vista*. Goiânia: 1990.
- FREITAS, Aimerê. *A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985*. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda. 1993.
- FUNAI. *Resumo Funcional das Terras Indígenas no Estado de Roraima*. Boa Vista, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Atlas de Roraima*. Rio de Janeiro: 1981.

- J. SANTOS, Adair. *História da Livre Iniciativa no Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado de Roraima*. Boa Vista: Fecomércio - RR, 2004.
- LUCKMANN, Donato. *História e Geografia do Município de Boa Vista*. Série Roraima através dos municípios. Boa Vista, FECEC: 1989.
- MACAGGI, Nenê. *A Mulher do Garimpo (O romance do extremo sertão norte do Amazonas)*. Manaus: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1976.
- MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima informações históricas*. Rio de Janeiro, 1987.
- MAIA, Doralice Satyro. Cidades pequenas: como defini-las? Apontamentos para os estudos sobre as cidades pequenas in *Anais do IX SIMPURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana)*. Manaus, 2005.
- MIRANDA, AlcirGursen De. *Historiando a terra de Macunaima (a questão indígena)*. Boa Vista: Faculdade Atual/Instituto Gursen de Miranda, 2002.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima*. São Paulo, FFLCH, USP, 2003. (Tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Isabel Cristina Eiras de. *Desejo e Desenho na Amazônia Urbana*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- PINHO, Zilene Duarte de Lucena. *A fronteira e o urbano – a evolução urbana de Boa Vista – Roraima*. UFRR, CCSG, Boa Vista, 2001. (Monografia de especialização).
- Plano Diretor de Boa Vista*. Boa Vista: 1991.
- REIS, Nestor Goulart. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. São Paulo: DHE/FFLCH/USP, 2006. (Tese de Doutorado).
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Fragmentação administrativa territorial: notas para construção de um debate sobre a criação de municípios. *Cidades. Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol. 7, n.12*, 2010.
- RICE, Alexander Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira. Tradução e notas LacyrSchettino*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói, Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; ALMEIDA, Marcelo Mendes; ROCHA, Rafael Alexandre. As novas formas do tecido urbano de Boa Vista – Roraima. *Revista ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.6, n.12, mai./ago. de 2012. pp.97-107

SILVA, Paulo Rogério de Freitas; VERAS, Antônio Tolrino de Resende. Boa Vista – uma cidade radial concêntrica nos confins amazônicos. In: *Governabilidade e Fronteira: os desafios amazônicos*. Organizador, Américo Alves de Lyra Junior. Boa Vista: editora da UFRR, 2012.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. *Revista Acta Geográfica*, ano III, n°5, jan./jun. de 2009. P.63-71.

_____. Dinâmica Territorial Urbana de Roraima – Brasil. São Paulo: USP, FFLCH, PPGGH, 2007-1 (Tese de Doutorado).

_____. Reencontrando a primitiva cidade de Boa Vista. *Revista Acta Geográfica*, Ano I, n°2, jul./dez. de 2007-2. p.57-68.

_____. Boa Vista – Espaço Urbano na Amazônia Brasileira. *Revista Textos & Debates*. Publicação semestral do Centro de Ciências Sociais e Geociências da UFRR – Universidade Federal de Roraima. N°4, 1997.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidade e Município: observações sobre o poder local. In: *Panorama da Geografia Brasileira*. Silva, José Borzacchiello da; Lima, Luiz Cruz; Elias, Denise (Orgs.). São Paulo: Annablume, 2006.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

VICENTINI, Yara. *Cidade e História na Amazônia*. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.